

PALMAS: URBANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO SEGREGAÇÃO SOCIOECONÔMICA

PALMAS: URBANIZATION, PLANNING SOCIOECONOMIC SEGREGATION

Claudius Vinicius Souza Oliveira 1
Maria José de Pinho 2

Resumo: O presente artigo trata do processo de urbanização de Palmas - TO, os êxitos alcançados e as dificuldades de fundação de uma cidade, partindo do projeto planejado e a implantação do mesmo. Neste contexto a pesquisa objetiva analisar a realidade existente dos espaços físicos planejados, as áreas urbanas com suas divisões arquitetônicas, considerando que fora planejado inicialmente vêm sendo obedecido diante da dinâmica social, a colocação em prática da ocupação dos espaços de forma harmoniosa, com a presença do estado de forma satisfatória, com elementos essenciais para sociedade, tanto no centro como nas áreas periféricas sem distinção dos serviços prestados. Assim, os resultados apontam carências ocasionadas no plano de urbanização de capital tocaninense, um processo de segregação alimentado pelo mercado imobiliário, e às políticas públicas sócio econômicas para o setor. A pesquisa foi construída por uma abordagem qualitativa, por intermédio de análises bibliográficas, sites de buscas e pesquisa documental, fundamentado teoricamente pelo pensamento complexo.

Palavras chave: Palmas. Urbanismo. Planejamento. Segregação sócio econômica.

Abstract: This article deals with the urbanization process of Palmas - TO, the successes achieved and the difficulties of founding a city, starting from the planned project and its implementation. In this context, the research aims to analyze the existing reality of the planned physical spaces, the urban areas with their architectural divisions, considering that what was initially planned has been obeyed in the face of social dynamics, the putting into practice of the occupation of spaces in a harmonious way, with the presence of the state in a satisfactory way, with essential elements for society, both in the center and in the peripheral areas without distinction of the services provided. Thus, the results point to deficiencies caused in the urbanization plan of the capital of Tocantins, a process of segregation fed by the real estate market, and the socio-economic public policies for the sector. The research was built by a qualitative approach, through bibliographic analysis, search engines and documental research, theoretically based on complex thinking.

Keywords: Palmas. Urbanism. Planning. Socio-economic segregation.

-
- 1 Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – PGEDA. Membro do Grupo de pesquisa em Rede Internacional Investigando Escolas Criativas-RIEC/TO. Professor da Educação Básica do Estado do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1760442137069895>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4497-8740>. E-mail: claudiusvinicius.bahea@gmail.com
 - 2 Doutora em Currículo e Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP). Professora do Mestrado e Doutorado em Ensino de Língua e Literatura e do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7113857811427432>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2411-6580>. E-mail: mjgon@uft.edu.br

Introdução

O artigo aqui apresentado, tem como eixo central de estudo a dinâmica de urbanização de Palmas -TO, os sucessos atingidos e os antagonismos da implantação de uma cidade, iniciando pelo projeto planejado e a sua execução, as mudanças de estratégias gestoras e as legislações implantadas para efetivações dos objetivos almejados.

Desse modo, a pesquisa tem como objetivo a análise do contexto existente nos espaços físicos que compõem o território urbano, as suas áreas divisões arquitetônicas, no intuito em considerar se o que fora planejado tem sido garantido frente a dinâmica social que não é previsível sendo impulsionadas por fatores diversos, comprometendo a harmonia das ocupações espaciais, e as garantias da presença do poder público de forma categórica, para atender as demandas da sociedade, tanto nas regiões centrais como nas periferias com equilíbrio de assistência em todos os setores.

Assim, o trabalho aborda as demandas não atendidas no planejamento do plano diretor de Palmas, os processos de contemplação de segregações impulsionados especialmente pelas especulações do seguimento imobiliário, e as posturas das definições das políticas públicas socioeconômicas para o setor diante da realidade existente.

Como procedimentos metodológicos, a pesquisa foi realizada a partir das fontes bibliográficas, documentais e legislações sobre a temática, tendo como objetivo de analisar as questões socioeconômicas no contexto da urbanização da cidade de Palmas o que foi planejado e as segregações decorrentes das ocupações territoriais.

É possível destacar que a política territorial de reprodução da cidade de Palmas, alcança toda a região administrativa do município e reflete o complexo territorial das influências políticas resultando em aglomerados de setores com concretizações de segregações, tendo início na sua definitiva instalação.

Uma política territorial, que definiu as estruturas dos espaços urbanos geográficos de Palmas, sendo influenciada pelas relações de poder e os interesses econômicos transformando os planejamentos previstos para instalação da cidade de Palmas capital do Estado do Tocantins.

Metodologia

O presente artigo tem um caráter bibliográfico, com análises de documentos oficiais e bases teóricas relacionados a temática, materiais extraídos de publicações em livros, periódicos, dissertações, teses, sites de pesquisas dentre outros que permitem as explorações analíticas, com sustentações em autores que dedicados as questões da temática proposta.

O trabalho proposto tem como referência qualitativa e unido ao contexto, com caráter exploratório, uma proposta que possibilita uma conexão com as questões sugeridas, pela condição de permitir as ligações das pesquisas bibliográficas, contemplando uma maior exposição das hipóteses.

O vislumbrar da pesquisa em questão foi acompanhada pelos autores pesquisadores, em um exercício de reflexões constantes, não permitindo o distanciamento dos objetivos e métodos sugeridos para transcorrer das atividades de construções do artigo.

Assim, o artigo aqui apresentado tem fundamento teórico no pensamento complexo, observando a conjuntura das partes que compõem o todo e definem os conhecimentos, exercendo uma dinâmica que quebra os modelos lineares, rompendo que as previsibilidades da ciência tradicional.

O que a complexidade? À primeira vista, a complexidade (complexus: o que é tecido em conjunto) é um tecido de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. (...) a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações e acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal. Apresenta-se com os traços inquietantes

da confusão, do inextricável, da desordem no caos, da ambiguidade, da incerteza (MORIN, 2007, p.13).

Desse modo, torna-se possível analisar as questões de urbanizações conforme as bibliografias e as referências documentais, enaltecendo o que se planeja e colocando em efetivo resultado, enfatizando as fundamentações sociais, buscando a compreensão do contexto histórico social, assim como as dinâmicas que estabelecem as políticas sociais.

O fazer metodológico que contempla as ligações dos pontos existentes conforme os fenômenos e o contexto real predominante, onde a *autenticidade* é entendida com a junção do que ocorre com elementos biopsicossociais, com as interdependências entre as partes.

Nesse artigo decidimos estabelecer a caminhada começando pelo contexto histórico, em sequência as legislações, destacando as questões da urbanização da realidade pesquisada, e as aplicações especialmente em Palmas, cidade planejada, capital do Estado do Tocantins. Estabelecendo o entendimento das particularidades e dos fenômenos estudados, destacando as questões sociais e as movimentações que atribuem mudanças permanentes a realidade.

Palmas, oportunidades e contradições

Palmas, foi fundada no dia 20 de maio de 1989, cidade planejada, tem seu território ocupando uma área de 2.752 km², o nome do município foi definido para reverenciar a Comarca de São João de Palma, local que centralizou o início dos movimentos das tentativas de separação do território, movimento esse datado de 1809 (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2022, n.p).

Palmas segundo o último censo realizado tinha uma população de 228.332 habitantes (IBGE, 2010), com um crescimento populacional que entre 1991 a 2000 foi de 21,20%, contudo, depois desse período passou para 9,58%, embora haja uma queda grande nos números percentuais, a cidade manteve um crescimento considerável, bem acima da média nacional que foi de 1,64% (IBGE, 2010).

Em busca de oportunidades incentivadas por programas o fluxo migratório se intensificou, entre os mais convidativos esteve à distribuição de lotes a preços baixos ou até mesmo gratuitos, apontando para local pródigo em riquezas e oportunidades. O resultado disso pode se vislumbrado em crescimento populacional considerável, seguindo essas demandas, os investimentos em infraestruturas especialmente na região central e as implantações de comércios.

O artigo é justificado, pela observância pelo contraste entre os espaços vazios nas áreas centrais da cidade a densidade demográfica é de 102,90 hab/km² (IBGE, 2010), a densidade considerada como satisfatória tem como referência 300 a 350 habitantes (MASCARÓ; MASCARÓ, 2001).

Os estudos que analisam o espalhamento urbano no Brasil trabalham com a hipótese de uma densidade mais econômica. Entre 1979 e 1996 desenvolvi estudos para as cidades de porte médio e para Porto Alegre, tendo como objetivo principal estimar quanto podiam se adensar sem aumentar a demanda para nova infraestrutura. Considerando o padrão de moradia mais econômico, a densidade mais adequada variou entre 300 e 350 pessoas por hectare, sendo o mínimo de 40 pessoas por hectare (MASCARÓ; MASCARÓ, 2001, n.p).

Desse modo, diante dos fatos que apontam para um sistema de segregação, com as influencias sobre os elementos ambientais, sociais e econômicos, justifica um aprofundamento dos debates científicos sobre a temática proposta, a realidade dos espaços não ocupados e a distribuição populacional periférica na cidade de Palmas.

O seguimento imobiliário a partir daí, foi aquecido, contudo consta-se uma acumulação fundiária diante dos vazios urbanos especialmente nas áreas centrais, mas com

ampliação de ocupações periféricas, caracterizando uma realidade especulativa, que valoriza os espaços, favorecendo aos especuladores em prejuízo dos interesses sociais coletivos e das questões públicas. Em Palmas mais especificamente, esse fenômeno é constituído por glebas e lotes, em regra geral, urbanizados sem edificações, que estão localizados no perímetro urbano da cidade. Essa condição define muitas vezes, as formas de crescimento da cidade a partir da existência de loteamentos distantes da região central. Essa forma de ocupação suscita situações urbanas e ambientais problemáticas como: o elevado custo de urbanização e a ocupação de áreas que poderiam ser ambientalmente preservadas (BAZOLLI, 2005, n.p).

O interesse pela temática pesquisada, é fruto das observâncias empírica da realidade existente, posteriormente da constatação de estudos existentes no seguimento da problemática, que qualificam e servem de referências sobre os reflexos das ocupações dos espaços urbanos.

Dinâmicas contextuais de urbanização

A urbanização no Brasil foi bastante intensa no século XX, isso acarretou o desordenamento, um forte êxodo rural, as populações buscando oportunidades de melhorias de qualidades de vidas nas cidades, atraídos pelo desenvolvimento econômico, as cidades crescendo impulsionadas para aberturas de indústrias, gerando empregos atraindo os trabalhadores dos meios rurais.

Nos anos 1950 se deu início a forte urbanização brasileira, alavancada pelo sistema capitalista econômico, foram muitos os movimentos migratórios, conforme informações resultados aferidos em dados documentados pelo IBGE.

Os dados dos Censos Demográficos do IBGE mostram que em 1950 a população urbana brasileira era de 18.782.891 de hab., sendo a taxa de urbanização de 36,1%. Com a urbanização crescente da população brasileira a taxa de urbanização em 1970 era de 55,9%. Em cinquenta anos, entre 1950 e 2000, a população urbana aumentou 633,4% e em 2000 era de 137.755.550 hab., o que corresponde a uma taxa de urbanização de 81,2%. A população urbana aumentou quase três vezes mais do que a população total nesses cinquenta anos. Para este processo contribuiu o intenso êxodo rural e o grande crescimento vegetativo da população (GIRARDI, 2008, n.p).

O processo de urbanização brasileiro promoveu a desigualdade a partir do fomento das políticas públicas regionais de forma excludente, as regiões Sul e principalmente o Sudeste concentrando os maiores polos industriais, com isso, a concentração urbana no Sudeste é bem maior que as demais regiões, o êxodo rural a migração das habitantes da zona rural para os centros urbanos e foi bastante intenso nas décadas provocando os inchaços urbanos especialmente nas referidas regiões.

Cada cidade tem a sua característica de formação, algumas impulsionadas pelas aglomerações de trabalhadores em obras como usinas, instalações de indústrias, estradas e rodovias, no passado as águas dos mares e rios favoreceram os surgimentos de aglomerados urbanos em suas baías e margens, havendo ainda os casos das cidades planejadas, a exemplo de Palmas, capital do Tocantins.

Palmas é a mais nova capital brasileira, sendo planejada no século XX, a sua urbanização, contudo, obedece a cultura de ordenamento territorial brasileiro de atendimento ao processo de industrialização como também, a divisão do trabalho internacional.

Este processo é a essência da lógica capitalista que exerce uma dinâmica de mercado das desigualdades territoriais, eclodindo os problemas sociais, ambientais, de infraestrutura, com

ofertas de serviços públicos desiguais, estabelecendo as formações de guetos sociais, o modelo de segregação que tem como consequência as mais diversas violências.

Para detentores do poder na lógica capitalista, a segregação urbana é justificada como resultado do crescimento econômico e desenvolvimento urbano da cidade, e não o a ausência do governo favorecendo o modelo mercadológico imobiliário, a realidade exposta é clássica no contexto capitalista, o poder financeiro econômico é quem determina o poder político.

A desconsiderações dos vínculos entre os fatores sociológicos e econômicos resultado do pensamento neoliberal capitalista, a divisão das duas ciências de forma profunda, Sociologia e a Economia, nos seus estudos ignorando elementos que cada uma observa, desse modo, estabeleceu um modelo cultural de minimização das questões sociais nos estabelecimentos ambientais econômicos.

Os sociólogos não devem rejeitar a possibilidade da ação racional, nem excluir o seu estudo, mas a sua “vantagem comparativa” - a abertura a questões culturais e o interesse pelos valores e estruturas sociais – não podem ser substituídas por uma teoria simples da ação racional. Do mesmo modo, o interesse pelos valores e estruturas sociais – não pode ser substituída por uma teoria simples da ação racional. Do mesmo modo, o interesse e a ênfase em relação à pesquisa empírica não podem ser abandonados em prol de modelos dedutivos (HIRSCH, P. MICHAELS, S. FRIEDMAN, R. 2003, p. 106).

A ciência econômica assim compreendida, desconsidera o que é empírico enaltecendo o que é racional, não se posiciona como ciência social, mas sim como ciência natural. A Sociologia por sua vez, praticada na sua essência investigativa, não foca na previsão, mas nos momentos vividos, nos processos históricos a descrição dos fatos, desse modo, a união das duas ciências estabelece a possibilidade de construção de planejamentos urbanos mais eficazes para sociedade em geral (HIRSCH, P. MICHAELS, S. FRIEDMAN, R. 2003).

O crescimento urbano muito rápido não obedece a planejamentos exclusivamente racionais, os centros urbanos passam a carecer de infraestrutura, relacionadas ao saneamento básico, trânsito, transporte, distribuição de áreas residenciais e industriais, problemas ambientais, de saúde, baixa qualidade de vida e o aumento da violência, especialmente nas regiões periféricas urbanas.

O deslocamento populacional para as áreas periféricas induz a uma expansão urbana por meio de ocupações desordenadas, legais ou ilegais, contribuindo com a degradação ambiental. A retenção de terras com fins especulativos, em Palmas, por sua vez, tem contribuído para o crescimento descontínuo da mancha urbana, dificultando e encarecendo a implantação ou a manutenção dos serviços públicos nas áreas periféricas, como a pavimentação de ruas e avenidas, redes de águas e esgoto e de energia elétrica (BAZOLLI, 2005, n.p).

O planejamento urbanizado ocorreu no Brasil em algumas cidades Palmas sendo uma delas, cada uma instalada conforme a sua característica de interesse das políticas públicas, o objetivo principal de uma cidade planejada é minimizar os problemas das cidades formadas sem planejamento iniciais nas suas formações, mas as dinâmicas de crescimentos especialmente no universo capitalista, são dificultadores para obediência do que fora planejado.

Os problemas sócio territoriais vivenciados nas experiências das demais cidades planejadas não serviram de referência para implantação da nova capital. Fragmentada em parcelas, apresenta atualmente a realidade de duas cidades opostas, de um lado a “cidade formal”, planejada, repleta de padrões e formalismos modernistas, rica em espaços de lazer, e espaços vazios aguardando valorização; de outro lado, a cidade

informal, repleta de irregularidades, desigualdades sociais e degradação ambiental, o “lugar dos excluídos” (CORIOLANO, 2010).

As cidades planejadas têm nos seus projetos elementos básicos essenciais, contemplando, as vias de trânsito, quadras residenciais, área para instalações de distritos industriais, áreas para o lazer da população, tudo para funcionalidade e a devida qualidade de vida dos habitantes.

Outros aspectos importantes, como o acompanhamento das atividades do mercado imobiliário pela ótica da sistemática da elevação artificial do valor da terra praticada nesse setor, e pela característica da baixa densidade populacional da cidade de 55,2 pessoas por hectare. As observações desses elementos permitiram inicialmente detectar e posteriormente vislumbrar problemas catalisados por esses vazios como: a especulação imobiliária; o crescimento urbano desordenado; a favelização e concomitantemente a segregação social (BAZOLLI, 2005, n.p).

Os vazios urbanos são provocados pelas especulações imobiliárias, concentração de renda em número menor de habitantes, que tem condições financeiras para permanecer residindo nas regiões centrais, por sua vez, as populações de baixa renda são empurradas para áreas periféricas onde os lotes são acessíveis a essas clientelas, são áreas de menor valor que pouco interessam às especulações imobiliárias, os serviços públicos básicos também são afastados dos mais carentes, os planejamentos das cidades focam as instalações dos serviços prioritariamente nas áreas centrais.

existência de áreas ociosas dentro do perímetro urbano, principalmente na região central, sejam lotes ou glebas, diminui a oferta de terra urbanizada, elevando artificialmente o seu valor, empurrando os mais pobres para áreas periféricas, que na maioria das vezes ocupam áreas constituídas por loteamentos clandestinos, tornando a cidade cada vez mais espraiada e reforçando a segregação sócio espacial (BAZOLLI, 2007, p.16).

Campos Filho (1999) destaca a estimativa onde mais de 50% das áreas urbanizadas do país, nas cidades grandes e médias, estão vazias, forçando as suas populações a grandes deslocamentos das suas residências para o comprimento das suas funções sociais diárias.

No entanto, o atendimento concreto das condições de vida que esses direitos deveriam assegurar nas cidades é dificultado enormemente pela forma como está organizado seu espaço, especialmente devido a especulação com a terra. E é dificultado também pelas estruturas político-administrativas que impedem o atendimento ao direito do cidadão de participar da gestão da sua cidade (CAMPOS FILHO, 1999, p.47).

Analisando as situações que levam as realidades negativas da ocupação e desenvolvimento da cidade, motivados pelos vazios urbanos as ocupações desordenadas e segregadoras, é possível destacar como fatores, o aumento dos gastos públicos para realizações de infraestruturas, que devido aos clarões de ocupações das áreas urbanas, tornam as assistências para muitos grupos pouco viáveis pelas distâncias dos locais que residem.

Entre esses fatores, destaca-se o elevado custo para promover a urbanização da cidade como a implantação da rede de infraestrutura e equipamento públicos: pavimentação, drenagens pluviais, abastecimento de água, esgoto sanitário, transporte coletivo, saúde pública, educação, rede de energia elétrica

e iluminação pública, que, por força dos espaços vazios, são deslocados para áreas distanciadas – e, por vezes, com baixa concentração populacional (BAZOLLI, 2007, p.105).

O conjunto desses fatores, alimentam de forma preponderante para ocupações irregulares das áreas urbanas, especialmente, pela especulação imobiliária, valorizando os solos localizados nos centros, favorecendo o processo especulativo que mantém as áreas em mãos de poucos proprietários, esses por sua vez, desejando exclusivamente o lucro.

Nos anos 1980 os problemas sociais, frutos do urbanismo de mercado, passam a ser observados e discutidos, sendo o período no final do regime militar, a redemocratização do país, surgindo as mobilizações sociais, as questões dos desequilíbrios urbanos tendo dois marcos de enfrentamento a Constituição Federal em 1988 e o Estatuto da Cidade em 2001.

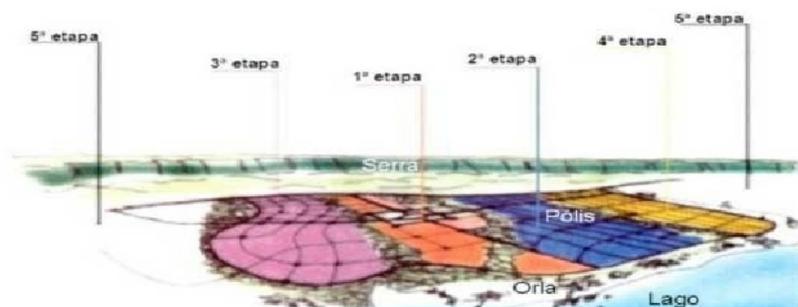
Surgem então a partir daí políticas de desenvolvimento urbano que remetem a criações de programas como a Campanha Nacional de Plano Diretor Participativo, com o intuito de auxiliarem aos municípios na elaboração dos planos diretores atendendo as demandas da sociedade.

Neste sentido, pela Lei Complementar nº 155 de 28/11/2007, foi criado o Plano Diretor Participativo de Palmas (PDPP), o objetivo foi ordenar o crescimento combinado com o desenvolvimento sustentável, respeitando as funções sociais com a garantia do bem-estar do povo, o enfrentamento das questões da segregação pode ser observado no art. 12 da Lei Complementar 155/07:

Art. 12. São objetivos do Plano Diretor de Palmas: [...] II - democratizar o acesso à terra, à moradia e aos serviços públicos de qualidade, revertendo o processo de segregação socioespacial; V - coibir o uso especulativo do imóvel urbano de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade; VII - intensificar o uso e ocupação dos lotes nas áreas com infraestrutura e equipamentos instalados; VI - a democratização do planejamento e da gestão territorial.

Para formação de Palmas o Estado adquiriu terras, fez muitas doações das áreas centrais às construtoras que vieram construir a cidade, os funcionários e demais trabalhadores que chegavam eram conduzidos a residirem nas áreas periféricas, a política distributiva exercida foi ao encontro do que havia sido planejada inicialmente, uma ocupação por etapas tendo seu início do centro para periferias conforme indicado na figura abaixo:

Figura 1. Proposta de ocupação urbana sequenciada para Palmas - Caderno de Revisão do Plano Diretor de Palmas.



Fonte: Palmas (2005).

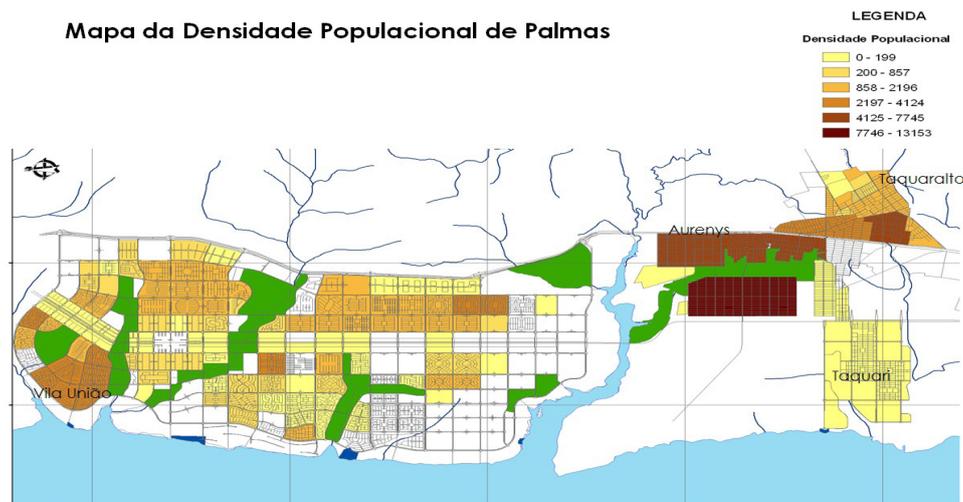
A Lei do Plano Diretor de Palmas foi criada respaldada no diagnóstico que identificou a segregação socio territorial na cidade, conforme as divisões de ocupações da área urbana do município (CORIOLANO, RODRIGUES E OLIVEIRA, 2013).

Apesar de ficar clara a intenção de promover uma ocupação

ordenada e sequenciada, o que se observou foi um processo desordenado de ocupação do território, concentrando nas regiões centrais um grande número de vazios urbanos e nas regiões periféricas uma densa concentração da população de menor poder aquisitivo. A evolução da ocupação urbana desconsiderou o planejamento inicial da cidade, já no início da implantação, no segundo ano, em 1991 o Estado promoveu o parcelamento do Jardim Aurenys I, na região sul, visando abrigar a população de baixa renda que se deslocava pra nova capital. Enquanto isso mantinha um grande número de quadras desocupadas, próximas ao centro. Os documentos oficiais mostram que os problemas relacionados ao déficit habitacional iniciaram-se logo nos primeiros anos de sua implantação (CORIOLANO, 2010, n.p).

Outro fator a ser considerado nos vazios centrais em Palmas, são insucessos empreendedores, nem todas as empresas permaneceram na cidade, assim contribuem também para as formações de vazios urbanos, em alguns casos, é possível perceber a separação da cidade formal, moderna planejada, da informal com irregularidades em sua ocupação como espaço de acomodação dos excluídos.

Figura 2. Mapa da Densidade Populacional de Palmas



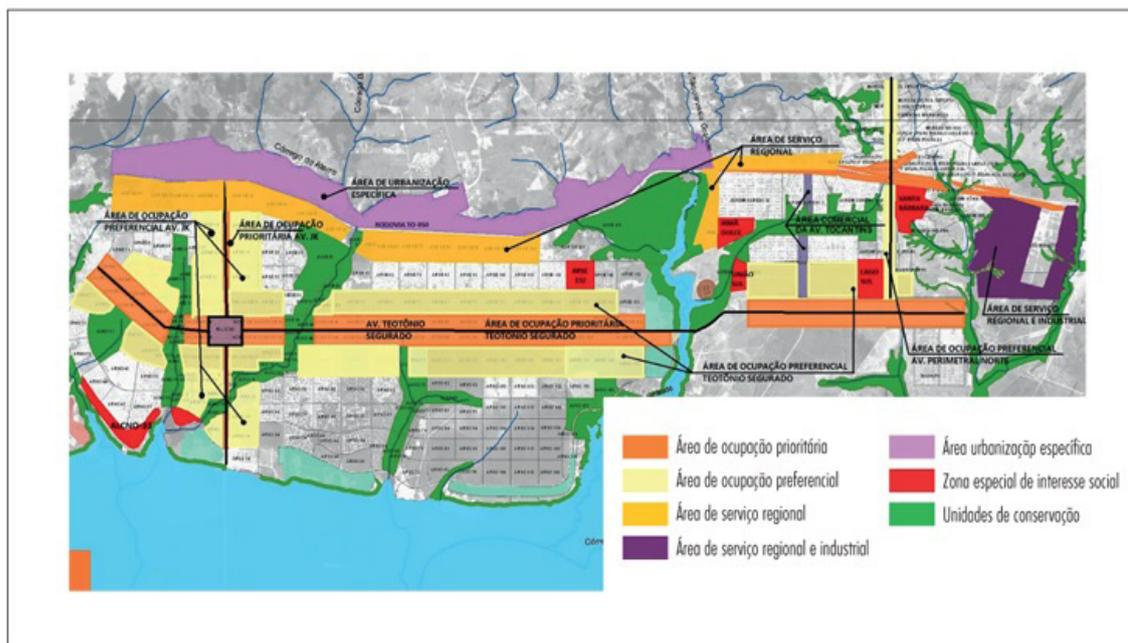
Fonte: Palmas (2011).

O Plano Diretor Participativo de Palmas (PDPP) identificou que a questão da segregação é clara, desejando então agir sobre a desigualdade social, promovendo políticas públicas para ofertar a propriedade, infraestrutura urbana, transporte, lazer, cultura e educação.

Fica claro que, apesar da cidade ter sido planejada para abrigar 100.000 habitantes no seu segundo ano de ocupação e sua ocupação territorial ordenada por etapas, não se admitia a ocupação por trabalhadores de baixa renda na região central da cidade. Visando reverter esse quadro o Governo do Estado, em 1990 criou uma estratégia de exclusão dessa população. Visando uma ocupação ordenada e sequenciada, determinou o fechamento da Rodovia no limite de Taquaralto. Dessa forma todo imigrante que chegava sem um local para morar, era obrigado a descarregar ali, sua mudança. Transformando-o em um bairro densamente povoado (...) (CORIOLANO, 2010, n.p).

Entre as ações instituídas para enfrentamento do problema através do PDPP estão, além dos instrumentos do Estatuto da Cidade, o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) Progressivo; Desapropriação com pagamento em títulos e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Figura 3. Mapa do ordenamento do solo do município de Palmas aprovado pela Lei n. 155/2007(PDPP)



Fonte: Adaptado de Palmas (2007).

Os espaços vazios do município de Palmas têm contemplado frequentemente as discussões no universo acadêmico, especialmente evocando as questões do desenvolvimento urbano aliando-se as questões sustentáveis.

Diante desse propósito, os trabalhos conjuntos entre instituições científicas, favorecem os estudos para ocupações territoriais dos espaços urbanos, enaltecendo as questões dos espaços vazios promovidos especialmente pelas especulações imobiliárias atreladas ao comprometimento do desenvolvimento urbano, estimulando os sistemas de sagrações nas cidades.

Observando pelo ponto de vista do pensamento complexo, é possível ampliar as possibilidades de harmonias sobre a dinâmica do contexto real.

colocar-nos o problema da complexidade, isto é, da dificuldade de permanecermos no interior de conceitos claros, distintos, fáceis, para concebermos a ciência, para concebermos o conhecimento, para concebermos o mundo em que estamos, para nos concebermos a nós na relação com este mundo, para nos concebermos a nós na nossa relação com os outros (MORIN, 1996, p. 34).

As *perspectivas* do pensamento complexo, conforme as suas diretrizes, não protagoniza as buscas pelos simples conflitos, mas de uma união, um encontro onde o que é simples ou poderia ser descartado ganha empoderamento.

O paradigma complexo condiz a um aglomerado de pontos de vistas de teóricos sem descartar os contextos históricos, considerados para construções dos conhecimentos, permitindo um amplo fazer científico, objetivando alcançar novas epistemologias.

o problema não é reduzir nem separar, mas diferenciar e juntar. O problema-chave é o de um pensamento que una, por isso a palavra complexidade, a meu ver é tão importante, já

que *complexus* significa o que é tecido junto (MORIN, 1996, p. 33).

Como a dinâmica da vida é heterogenia, a ciência deve romper com os paradigmas tradicionais, permitindo as definições culturais das teorias mais copiosas, assim como deve ser comum as ligações aos pontos elencados pelas teorias.

Contudo, não só para alimentar conflitos que se propõem as denúncias, mas que sugere, especialmente um fazer sistêmico que apresente as diversas facetas, as interligações das partes com as suas identidades que heterogêneas que se unem formando o todo, a exemplo das demandas sociais como elementos de conflitos, assim como sobre territórios e urbanizações.

Considerações Finais

Observa-se desse modo, uma sequência de continuidade dos modelos de ocupações sociais capitalistas no plano urbanístico, de especulação imobiliária mantendo parte da população com menos abastada mais distante dos centros urbanos, a realidade de Palmas, inibe a visualização dos núcleos de pobreza da cidade, as periferias não ficam visíveis, as avenidas centrais protagonizam a circulação da cidade isolando os pontos extremos.

O que se definiu pelo modelo urbanístico segregador, orientado também pelos meios legais, as políticas públicas que oficializam contribuindo com as especulações imobiliárias, e as separações definitivas entre os moradores das áreas centrais e os residentes nas regiões periféricas.

Nos núcleos das regiões, há uma realidade homogênea, as classes sociais definem em que lugar da cidade o cidadão irá residir, o mercado imobiliário organiza o sistema apoiado pelas legislações definidas para atender a esses fins, fazendo valer a realidade capitalista de ocupação urbana quem deve ocupar o centro e quem deve se instalar na periferia.

Com relação a questão do deslocamento diário para o labor, observa-se uma questão de violência, a despeito das grandes distâncias, tanto na ida para o trabalho como para o retorno às residências, além disso, os pontos dos transportes públicos exigem que os usuários se desloquem muitas vezes em mais de uma quadra, o que representa uma distância considerável.

A violência da segregação, também pode ser observada no tocante aos serviços públicos ofertados, muito diferente entre as regiões centrais e periféricas, assim, os residentes das periferias, para utilizar das dinâmicas urbanas, precisa se deslocar, via de regra, para as regiões centrais do município.

Desse modo, Palmas segue o modelo comum da urbanização praticada no Brasil, os resultados já conhecidos são mantidos no contexto da capital tocantinense, respaldado pelos interesses políticos e econômicos, com elementos legalizados pelo sistema gestor.

Considerando os autores aqui elencados, que se aprofundam na temática exposta, as relações de ocupação dos espaços urbanos, as segregações derivadas do modelo aplicado, contempla-se uma carência na efetivação de projetos coletivos, com ampla participação popular, para atender as demandas dos grupos sociais da cidade.

A cidade planejada, que estabelece quem deve residir em cada lugar, impondo a sociabilidade, continua prevalecendo fundamentada em um sistema cultural onde se prega que sociedade tem a compreensão geral de harmonia minimizando possíveis situações conflitantes, com a manutenção do ideal da cidade planejada perfeita.

Assim, essa pesquisa poderá contribuir para as reflexões acadêmicas, como também, para os debates das construções das políticas públicas no contexto municipal, enaltecendo os elementos sociais, econômicos que compõem o ambiente urbano, considerando o desenvolvimento da cidade, os espaços vazios que certamente necessitam de ampliações de pesquisas futuras.

Referências

BAZOLLI, João Aparecido. **Espaços vazios do perímetro urbano da cidade de Palmas e seus reflexos socioeconômicos e ambientais.** 2005. Palmas. Disponível em: <http://download.uft.edu>.

<br/?d=46590628-1faa-4ba9-97af-8f7778287b63;1.0:joaoAparecido2005.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BAZOLLI, João Aparecido. **Os Efeitos dos Vazios Urbanos no Custo de Urbanização da Cidade de Palmas – TO**. 2007. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2007. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/GK8ZYXw2QOmGA3xD50ajMA/content/joaoaparecido_2007.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras - seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

CORIOLOANO, Germana Pires. Palmas: entre o planejamento e a exclusão. **Vitruvius**, São Paulo, ano 11, v.122, n.3, 2010. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.122/3587>. Acesso em: 16 dez. 2021.

CORIOLOANO, Germana Pires; RODRIGUES, Waldecy; OLIVEIRA, Adão, Francisco de. *Estatuto da Cidade e seus instrumentos de combate às desigualdades socioterritoriais: Plano Diretor Participativo de Palmas (TO) Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.5, n.2, 2013.

HIRSCH, P. MICHAELS, S. FRIEDMAN, R. “**Mãos sujas**” versus “**modelos limpos**: estará a sociologia em risco de ser seduzida pela economia? In: MARQUES, R. PEIXOTO, J. (Org.). *A nova sociologia econômica*. Celta Editora: Oeiras, 2003.

IBGE. **infográficos: dados gerais do município**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>. Acesso em 18 jan. 2021

GIRARDI, E. P. **Características socioeconômicas gerais**. 2008. Disponível em: http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con_subsubcat/populacao. Acesso em 25 jan. 2022.

MASCARÓ, Juan José; MASCARÓ, Lucia. Densidades, ambiência e infra-estrutura urbana. **Vitruvius**, São Paulo, ano 02, v. 17 n.08, out. 2001 Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.017/842>. Acesso em: 16 dez. 2021.

MORIN, Edgar. Problemas de uma epistemologia complexa. In: MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.

MORIN, Edgar. **Introdução do Pensamento Complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 3. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PALMAS. Prefeitura Municipal. **Lei complementar Nº 155, de 28 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a política urbana no município de Palmas.

PALMAS. **Proposta de ocupação urbana sequenciada para Palmas Fonte: Caderno Revisão do Plano Diretor de Palmas**. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Proposta-de-ocupacao-urbana-sequenciada-para-Palmas-Fonte-Caderno-Revisao-do-fig1_262629003. Acesso em: 13 jan. 2022.

PALMAS. **Mapa da Densidade Populacional de Palmas**. 2011. Disponível em: <https://procidade.files.wordpress.com/2011/03/mapa-densidade2.jpg>. Acesso em: 13 jan. 2022.

PALMAS. **Mapa do ordenamento do solo do município de Palmas aprovado pela Lei n. 155/2007(PDPP)**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/img/revistas/urbe/v5n2/a11fig04.jpg>. Acesso em: 13 Dez. 2021.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Palmas**. 2022. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/palmas>. Acesso em: 10 nov. 2022.

Recebido em 20 de outubro de 2022.

Aceito em 11 de julho de 2023.